



NOTAS EXPLICATIVAS

1 - DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), consolidando as administrações direta e indireta e compõem a Prestação de Contas do Excelentíssimo Governador do Estado do Amazonas, José Melo de Oliveira, à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Podemos destacar no Balanço Orçamentário os seguintes pontos:

- a. As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 587.470.489,54 e R\$ 588.760.923,69, respectivamente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		
ANO	RECEITAS	DESPESAS
	ARRECADADAS	EMPENHADAS
2016	587.470.489,54	588.760.923,69

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- b. O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 534 milhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, R\$ 436 milhões foram empenhados, conforme demonstrado no quadro seguinte.



DESPESAS EMPENHADAS COM FONTES DE SUPERÁVIT		R\$
ITEM	2016	
Ordinários	200.212.906,11	
Vinculados	236.782.685,79	
Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	10.041.161,00	
Educação	11.150.093,35	
Saúde	34.826.552,39	
Operações de Crédito	67.928.978,74	
Convênios	91.575.926,18	
Outras Vinculações	21.259.974,13	
TOTAL	436.995.591,90	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- c. O saldo apresentado no Anexo I do Balanço Orçamentário representa o total de Restos a Pagar não Processados que foram liquidados no exercício de 2016 mas não foram pagos. Por ocasião dos procedimentos de encerramento do exercício, transferiu-se tal saldo para restos a pagar processados, uma vez que já se encontram liquidados e carecem apenas de pagamento;

2.3 - Balanço Financeiro

Previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, este balanço demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Ressalta-se nesse demonstrativo consolidado o item Movimentações de Fundos Próprios e Operações Intergestora, componente dos recebimentos e pagamentos extra orçamentários, o qual representa incorporações e desincorporações de saldos financeiros, respectivamente, decorrentes de ajustes efetuados no exercício.



Quanto aos saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, no item Caixa e Equivalente de Caixa estão incluídas, também, aplicações em segmento de renda fixa do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), demonstradas no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. Já os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados representam bloqueios judiciais em contas do Estado efetuados pela Justiça no valor de R\$ 514.920,98, assim como o Fundo de Reserva no valor de R\$ 239.041.505,76, correspondente a 30% dos depósitos judiciais ou administrativos referentes a processos em que o Estado é parte, estabelecido pela Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015 e instituído pela Lei estadual nº 4.218, de 08.10.2015.

2.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2016. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

No Balanço Patrimonial destacamos:

2.4.1 - Créditos Tributários a Receber: R\$ 1.464.333.392,06, sendo R\$ 1.082.441.764,56 de Curto Prazo e R\$ 381.891.627,50 de Longo Prazo

Os créditos tributários por competência e as demais transações sem contraprestação (transferências e multas) encontram-se disciplinados na IPSAS 23 – Receita de Transações sem Contraprestação: Impostos e Transferências (Revenue from Non-exchange Transactions – Taxes and Transfers). Os demais créditos encontram-se,



principalmente, na IPSAS 9 – Receita de Transações com Contraprestação (Revenue from Exchange Transactions).

No curto prazo há registro de créditos a receber referentes a impostos e a contribuições sociais, já no longo prazo há apenas impostos.

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2016 foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos em 2016 que ainda não se encontram em dívida ativa. Foi também atualizado o estoque de créditos a receber dos impostos lançados e não pagos em 2014 e 2015.

Os valores atualizados do estoque do ano de 2014 e 2015 foram lançados como longo prazo e os de 2016 no curto prazo, os quais foram extraídos do relatório consolidado de inadimplência do sistema EXTRA – RGER/GDEFB19C. Adotou-se o reconhecimento pelo procedimento periódico, ou seja, o saldo final.

Foram reconhecidas como inadimplência as situações de débitos em aberto, pré-parcelamentos, recursos, pré-auto de infração, e pré-dívida ativa. Os créditos com exigibilidade suspensa, quer por processo administrativo, quer por judicial, não atendem ao critério para reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - IMPOSTOS			R\$
FONTE	2016 CURTO PRAZO	2014/2015 LONGO PRAZO	
ICMS	957.504.710,67	299.881.107,88	
IPVA	66.892.800,79	70.836.187,85	
ITCMD	1.565.056,30	11.174.331,77	
TOTAL	1.025.962.567,76	381.891.627,50	

Fonte: Relatório GDEFB19C

No curto prazo, somam-se aos créditos a receber referentes a impostos as contribuições sociais a receber no valor de **R\$ 56.479.196,80**, sendo **R\$ 21.852.694,44** referente a contribuições previdenciárias dos servidores e **R\$ 34.626.502,36** referente a contribuições previdenciárias patronais, tanto do Fundo Financeiro quanto do Fundo Previdenciário.



2.4.2 – Clientes: R\$ 8.824.221,78

Neste item estão registrados valores referentes a faturas da Imprensa Oficial do Estado a receber de outros órgãos e entidades da Administração, consistindo numa operação intraorçamentária.

2.4.3 - Dívida Ativa tributária e não tributária: R\$ 4.641.996.285,37

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global periódico. O reconhecimento é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em virtude das particularidades administrativas e de sistemas de tecnologia da informação, a contabilização é feita de forma centralizada na UG 14102 – SEFAZ – CENTRALIZADORA.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar a realidade, as inscrições no exercício de 2016 foram contabilizadas como curto prazo no valor de R\$ 758.610.738,11, enquanto o saldo remanescente de exercícios anteriores, já atualizado, foi registrado no longo prazo pelo total de R\$ 3.883.385.547,26.

2.4.4 - Ajustes de Perdas de Dívida Ativa: R\$ 748.141.926,55 (curto prazo) e R\$ 3.826.386.638,26 (longo prazo)

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados prevista nos Procedimentos Contábeis Específicos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

1. média percentual de recebimentos passados;
2. saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios. Essa



média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média de recebimentos em cada exercício. Este cálculo resultou numa média de recebimento (ARRECADAÇÃO/ESTOQUE TOTAL) para a dívida ativa tributária de 1,52% e não tributária de 0,55%. As apropriações para curto e longo prazo obedeceu à proporção percentual dos valores inscritos no ano de 2016 como curto prazo e os demais para longo prazo.

CÁLCULO DA PROVISÃO PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA				R\$
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ESTOQUE	
2014	2.626.547.313,11	22.305.898,37		0,85
2015	3.530.834.322,61	107.905.128,22		3,06
2016	4.330.131.517,92	28.197.325,54		0,65
TOTAL	10.487.513.153,64	158.408.352,13		4,56%
	MÉDIA			1,52%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa

CÁLCULO DA PROVISÃO PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA				R\$
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECADAÇÃO	% ARREC./ESTOQUE	
2014	115.069.397,43	584.580,79		0,51
2015	187.569.658,87	1.580.939,55		0,84
2016	311.864.767,45	887.076,71		0,28
TOTAL	3.052.597,05	3.052.597,05		1,64%
	MÉDIA			0,55%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa

Considerando os percentuais indicados acima, a provisão para perdas da dívida ativa tributária resultou em R\$ 640.563.804,49 para o curto prazo e R\$ 3.623.799.990,51 para o longo prazo, enquanto para a dívida ativa não tributária, o resultado foi de R\$ 107.578.122,06 no curto prazo e R\$ 202.586.647,75 no longo prazo.



2.4.5 – Imobilizado: R\$ 8.239.931.184,34

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 2016, destacamos acréscimo significativo no item Bens Imóveis em relação ao exercício anterior, especialmente pela incorporação de obras em andamento no valor de R\$ 461.738.928,94. Com a finalização das obras deverão ser feitos os ajustes necessários e a respectiva transferência para as contas representativas dos bens.

É bom salientar que a mensuração ainda carece de sistemas informatizados de controle, entretanto a o registro contábil referente à incorporação dessas obras em andamento é efetuado na fase de liquidação da despesa no sistema AFI.

2.4.6 - Provisões a Longo Prazo: R\$ 2.713.849.216,87

Compreende os passivos de prazo ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada, destacando-se o valor de R\$ 2.204.849.918,05 referentes a provisões de benefícios previdenciários a conceder.

2.4.7 – Patrimônio Líquido: R\$ 6.110.919.252,58

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial: R\$ 14.077.099,39

Registra a valorização dos imóveis, resultante das reavaliações feitas no exercício de acordo com os critérios técnicos adotados por engenheiros da SEINFRA. A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a



Resolução CFC nº 1137/08, a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. O valor total de R\$ 14.077.099,39, refere-se a reavaliação de imóveis da UG 13.301 – AMAZONPREV.

b. Resultados Acumulados: R\$ 6.096.842.153,19

O saldo de resultados acumulados foi acrescido de R\$ 1.918.391.766,50, destacando-se o valor de R\$ 2.560.814.784,34 referente ao resultado patrimonial do exercício.

Os ajustes de exercícios anteriores também contribuem para apuração de resultados acumulados, contudo o resultado do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores.

Serão considerados ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos de mudanças de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

O saldo de ajustes de exercícios anteriores, apurado pela diferença entre ajustes positivos e negativos, resultou em R\$ 642.423.017,84 negativos, influenciado especialmente pelas despesas de exercícios anteriores aí contabilizadas. Destacamos, ainda, as incorporações e desincorporações de saldos para regularizações referentes a exercícios anteriores.

DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$
ESPECIFICAÇÃO		2016
1 Ajustes de Avaliação Patrimonial		14.077.099,39
2 Resultados Acumulados		6.096.842.153,19
Resultados Acumulados do Exercício Anterior		4.178.450.386,69
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores		(648.352.018,82)
+ Ajustes de Exercícios Anteriores		5.929.000,98
+ Resultado do Exercício		2.560.814.784,34
3 Total Patrimônio Líquido (1+2)		6.110.919.252,58



2.4.8 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro: R\$ 2.955.264.023,11

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro no valor de R\$4.640.335.988,66 e o passivo financeiro de R\$1.685.071.965,55. Encontra-se relacionado por destinação de recursos.

2.4.9 – Quadro “Compensações”

Foram inseridas no exercício de 2016 as Garantias e Contragarantias Recebidas, no valor de R\$241.347,00, e as Garantias e Contragarantias Concedidas, no valor de R\$105.260.960,76.

2.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais podem não se equivalerem.

2.5.1 - Impostos: R\$ 8.766.838.778,19

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2016, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD. Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados, assim como os lançados mas não pagos em 2016.

2.5.2 – Variações Monetárias e Cambiais - VPA: R\$ 695.898.782,22

Neste item as atualizações da Dívida Fundada somaram R\$ 695.898.768,72, destacando-se a variação monetária da Dívida Externa no valor de R\$ 643.436.235,08, devido à valorização do real frente ao dólar norte americano e ao euro.



2.5.3 - Constituição de Provisões: R\$ 1.325.716.031,29

Este item trata, em quase sua totalidade (R\$ 1.318.137.771,45), de atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa especializada.

2.5.4 - Resultado Patrimonial do Período: R\$ 2.560.814.784,34

Representa o resultado do confronto entre variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As variações que se destacaram na influência do resultado positivo, em comparação ao exercício anterior, foram as variações monetárias e cambiais aumentativas no valor de R\$ 695.898.782,22 e negativas no total de R\$ 97.335.702,34, os Ganhos com incorporação de ativos no valor de R\$ 1.602.117.953,36 e a variação negativa referente à constituição de provisões, em sua maioria referente à atualização de provisões matemáticas do RPPS.

2.6 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

2.6.1 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

O valor de outros ingressos operacionais na DFC soma R\$ 9.829.187.302,79, enquanto outros desembolsos operacionais soma R\$ 9.944.629.120,67. Em sua maior parte referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e



depósitos de terceiros de diversas origens.

2.6.2 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 39.162.987,17, que correspondem a ingressos referentes a outras receitas de capital. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 194.978.447,96, correspondem a desembolsos referentes a outras despesas de capital.

2.7 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Como exemplo, têm-se a compra de veículo e a contratação de operações de crédito, que são variações patrimoniais qualitativas, pois o que acontece, no primeiro exemplo, é a troca (permuta) de uma obrigação de pagar por veículo e, no segundo exemplo, é a entrada de caixa, advinda do empréstimo em contrapartida a obrigação de pagar o empréstimo. Evidente que existem variações que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e quantitativa dos elementos patrimoniais e são conhecidas como variações mistas ou compostas.

Conforme as INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas é de elaboração facultativa, não sendo, portanto, apresentado na DVP. Além disso, até o momento, ainda não foi padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional nem pelos grupos técnicos da federação os detalhamentos de quais informações deverão ser de fato demonstradas. Contudo, para fins de evidenciação, seguem abaixo as alterações permutativas que julgamos relevantes:

Na incorporação de ativos consideramos as variações dos saldos finais e iniciais dos bens mais as doações, incorporação de bens por comissão de inventário, inservibilidade e as liquidações dos aumentos de capital. **Na desincorporação de passivos** estão as amortizações da dívida. **A incorporação de passivo** engloba as operações de créditos e



a **desincorporação de ativos**, as alienações de bens e amortização de empréstimos.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Títulos	Exercício Atual
Incorporação de Ativo	575.645.490,10
Desincorporação de Passivo	402.079.430,97
Incorporação de Passivo	433.873.608,80
Desincorporação de Ativo	758.457,01

4 – CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Tem por objetivo o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social. Portanto, a consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações.

Ademais, o próprio manual de contabilidade aplicada ao setor público, Parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, reconhece que “para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais”. Portanto, não se deve consumir tempo e recursos com pequenas transações que sejam difíceis de identificar.



Destaca-se ainda que para fins de envio das informações para a União via SICONFI, a própria Secretaria do Tesouro Nacional adotou pela Nota Técnica nº 4/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF a seguinte diretriz: quando não for possível identificar o nível de consolidação das transações “Intra-OFSS”, “inter-OFSS-União”, “inter-OFSS-Estado” ou “inter-OFSS município”, os valores deverão ser informados nas contas do PCASP identificadas com nível consolidação (5º dígito) igual a 1, a fim de evitar a exclusão indevida de valores.

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Contadora CRC Nº 07984/AM
Diretora

Jefferson de Oliveira Carlos
Contador CRC-AM Nº 09384
Gerente